UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Beatriz Fabiani Leão da Costa

AVALIAÇÃO DOS AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE CONDE-PB: UM ESTUDO COM BASE NO SISU-PM

João Pessoa - PB
Setembro de 2025

Beatriz Fabiani Leão da Costa

AVALIAÇÃO DOS AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE CONDE-PB: UM ESTUDO COM BASE NO SISU-PM

Artigo apresentado ao Curso de Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima

Coorientadora: Profa. Dra. Lilian Ferreira Cardoso da Silva

João Pessoa - PB
Setembro de 2025

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838a Costa, Beatriz Fabiani Leao da.
Avaliação dos avanços e limitações da sustentabilidade no Município de Conde-PB : um estudo com base no SISU-PM / Beatriz Fabiani Leao da Costa. - João Pessoa, 2025.
27 p. : il.

Orientação: Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Coorientação: Lilian Ferreira Cardoso da Silva.
TCC (Curso de Bacharelado em Geografia) - Modalidade Artigo Científico - UFPB/CCEN.

1. Sustentabilidade urbana. 2. Pequenos municípios. 3. Expansão urbana. 4. Conde - PB, Brasil. I. Lima, Eduardo Rodrigues Viana de. II. Silva, Lilian Ferreira Cardoso da. III. Título.

UFPB/CCEN CDU 91(043.2)

Elaborado por Josélia Maria Oliveira da Silva - CRB-15/113

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.01/2021/CCBLG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que a aluna **Beatriz Fabiani Leão da Costa** (X) cumpriu ( ) não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 01/2021/CCBLG/CCEN/UFPB somos de parecer (X) favorável ou ( ) desfavorável à aprovação do TCC intitulado: Avaliação dos Avanços e Limitações da Sustentabilidade no Município de Conde-PB: um estudo com base no SISU-PM.

Nota final obtida: 9.3

João Pessoa, 06 de outubro e 2025.

BANCA EXAMINADORA:

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDO RODRIGUES VIANA DE LIMA
Data: 10/10/2025 17:57:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDUARDO RODRIGUES VIANA DE LIMA
Professor Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
LILIAN FERREIRA CARDOSO DA SILVA
Data: 10/10/2025 18:12:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LILIAN FERREIRA CARDOSO DA SILVA
Professor Co- Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
HENRIQUE ELIAS PESSOA GUTIERRES
Data: 10/10/2025 18:25:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HENRIQUE ELIAS PESSOA GUTIERRES
Membro Interno Obrigatório

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ QUEIROGA REIS
Data: 10/10/2025 18:49:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANDRÉ LUIZ QUEIROGA REIS
Membro Interno ou Externo

RESUMO

O processo acelerado de urbanização no município de Conde, Paraíba, nas últimas décadas, tem gerado desafios significativos relacionados à sustentabilidade urbana e à qualidade de vida da população. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a sustentabilidade em um pequeno município ao longo de 15 anos de crescimento. A análise será conduzida com base nos indicadores do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para Pequenos Municípios (SISU-PM), buscando compreender os avanços e diagnosticar as principais limitações enfrentadas no período. Para tanto, foram selecionados 20 indicadores do sistema distribuídos em sete dimensões temáticas, avaliados em dois períodos (2009–2012 e 2020–2024), a partir de bases de dados oficiais e da aplicação do método de semaforização (adequado, alerta e crítico). Os resultados evidenciaram avanços em aspectos como a redução da desnutrição infantil, queda do analfabetismo e crescimento econômico, mas também revelaram retrocessos e fragilidades persistentes, sobretudo no saneamento básico, na desigualdade de gênero e na segurança pública. Conclui-se que, embora o município tenha apresentado progressos pontuais, a sustentabilidade urbana depende de políticas integradas que articulem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, assegurando uma abordagem sistêmica que acompanhe o crescimento demográfico e esteja alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Sustentabilidade Urbana, Pequenos Municípios, Expansão Urbana.

ABSTRACT

The accelerated urbanization process in the municipality of Conde, Paraíba, over the past decades has generated significant challenges related to urban sustainability and the population's quality of life. In this context, the present study aims to analyze the sustainability in a small municipality over 15 years of growth. The analysis will be conducted based on the indicators of the Urban Sustainability Indicators System for Small Municipalities (SISU-PM), seeking to understand the progress achieved and to identify the main limitations faced during the period. For this purpose, 20 indicators from the system were selected, distributed across seven thematic dimensions, and assessed in two periods (2009–2012 and 2020–2024), using official databases and applying the traffic light method (adequate, alert, and critical). The results highlighted progress in areas such as the reduction of child malnutrition, the decrease in illiteracy, and economic growth, but also revealed setbacks and persistent weaknesses, especially in basic sanitation, gender inequality, and public security. It is concluded that, although the municipality has shown specific advances, urban sustainability depends on integrated policies that combine economic development, environmental preservation, and social inclusion, ensuring a systemic approach that keeps pace with demographic growth and is aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Urban Sustainability, Small Municipalities, Urban Expansion

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil esteve intrinsecamente associado à industrialização e às transformações sociais e culturais ocorridas ao longo do século XX, especialmente a migração em massa da população rural para os centros urbanos (Clemente, 2013). Esse fenômeno gerou profundas alterações na malha urbana brasileira, impulsionando o crescimento demográfico das cidades (Japiassú; Lins, 2014). Entretanto, tal expansão ocorreu de forma desordenada, uma vez que não foi acompanhada por políticas urbanas críticas e fundamentadas em referenciais democráticos de planejamento (Clemente, 2013). Como consequência, observa-se a intensificação de problemas como a degradação ambiental, a segregação socioespacial, além do aumento da pressão e insuficiência da infraestrutura urbana existente (Maricato, 2011).

Apesar da ênfase histórica nos grandes centros urbanos, é relevante destacar que a maior parte do território brasileiro é formado por pequenas cidades. De acordo com a metodologia das Regiões de Influência das Cidade*s*, apresentada no estudo do IBGE (2018), esses municípios são classificados como Centros de Zona, (30 mil habitantes), ou como Centros Locais, (7 a 20 mil habitantes). Nessa tipologia, o Brasil reúne mais de quatro mil pequenas cidades enquadradas como Centros Locais, sendo que a maior concentração está na região Nordeste, que abriga 35,6% desse total, o equivalente a 1.436 municípios (IBGE, 2022). Mesmo apresentando essa expressividade, os pequenos municípios ainda não estão entre os principais temas de estudo sobre o espaço urbano (Spósito; Jurado da Silva, 2013). A investigação sobre essas localidades apresenta múltiplos desafios, decorrentes tanto da diversidade da realidade socioespacial brasileira quanto da ausência de critérios definidos e de metodologias consolidadas adaptadas a suas particularidades (Soares, 2009).

Essa lacuna de estudos se torna ainda mais preocupante diante da expansão urbana acelerada que alguns municípios vêm enfrentando, frequentemente marcada pela ausência de um planejamento capaz de acompanhar as transformações territoriais. Quando o crescimento ocorre de forma desordenada, a infraestrutura não se expande na mesma proporção das demandas sociais, intensificando desigualdades e dificultando a construção de um espaço urbano mais justo. Nesse contexto, a vida contemporânea tem relação entre as necessidades humanas e a infraestrutura disponível, o acesso limitado a serviços básicos, como saúde, educação, transporte, saneamento e áreas verdes, compromete diretamente a qualidade de vida da população e evidencia a persistência de desigualdades socioespaciais, tornando o planejamento urbano, um instrumento central para mitigar desigualdades sociais e possibilitar melhores condições de desenvolvimento coletivo.

A partir de 1970, as discussões em torno das temáticas sobre desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, passaram a adquirir maior relevância, com ênfase na criação de metodologias e no uso de indicadores como instrumentos de orientação do crescimento urbano. Os indicadores, nesse sentido, assumem papel fundamental na gestão das cidades, uma vez que traduzem dados complexos em informações acessíveis e aplicáveis à tomada de decisão, permitindo que gestores, pesquisadores e a sociedade compreendam e monitorem de forma sistemática os processos sociais, econômicos, ambientais e institucionais (Bossel, 1999). Essa perspectiva demonstra que, para garantir a qualidade de vida, é imprescindível avaliar a sustentabilidade urbana, uma vez que a gestão eficaz de indicadores e informações fornece a base necessária para orientar políticas e ações capazes de promover cidades mais equilibradas, resilientes e socialmente inclusivas.

Foi escolhido como objeto de estudo o município de Conde, localizado no litoral sul do estado da Paraíba, uma cidade pequena que possui população inferior a 30 mil habitantes que ao longo da última década, apresentou um expressivo crescimento demográfico. No Censo Demográfico mais recente, referente ao período de 2010 a 2022, a taxa de crescimento geométrico da população de Conde foi de 2,14%, a maior entre os 223 municípios paraibanos, superando a capital, João Pessoa (IBGE, 2022), configurando-se como um caso relevante para a compreensão das transformações urbanas e ambientais em municípios de pequeno porte.

Neste sentido, torna-se relevante analisar se a gestão municipal foi capaz de promover uma condução eficiente do processo de crescimento demográfico, assegurando as condições necessárias para que esse avanço ocorresse de forma sustentável. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a sustentabilidade urbana no município de Conde-PB ao longo de 15 anos de expansão, utilizando os indicadores do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para Pequenos Municípios (SISU-PM). Buscando compreender as transformações ocorridas, avaliar os avanços obtidos e diagnosticar as principais limitações enfrentadas no período.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sustentabilidade urbana constitui um dos maiores desafios contemporâneos, especialmente diante do acelerado processo de urbanização e das pressões exercidas sobre os recursos naturais. Alcântara e Sampaio (2020) ressaltam que a sustentabilidade urbana está diretamente relacionada à busca por maior equidade, à preservação ambiental e à promoção do bem-estar coletivo, configurando-se, portanto, como um desafio ético que envolve múltiplas

dimensões. Assim, a cidade sustentável não deve ser compreendida apenas como um espaço de infraestrutura eficiente, mas como um ambiente que garanta justiça social, equilíbrio ecológico e desenvolvimento econômico integrado.

O debate sobre sustentabilidade ganhou amplitude nas últimas décadas, consolidando-se como um dos principais eixos das discussões científicas e políticas. Segundo Edwards (2008), a sustentabilidade envolve a compreensão do meio ambiente como um sistema holístico e interdisciplinar, enquanto Acselrad (2001) amplia esse entendimento ao afirmar que ela transcende a dimensão ambiental, abrangendo também as esferas econômica, social e política, que devem interagir de forma integrada. Nessa mesma linha, Leite e Awad (2012) argumentam que o uso inadequado dos recursos finitos do planeta exige uma mudança de comportamento, fundamentada nos três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

No contexto urbano, esses princípios assumem contornos ainda mais complexos. As cidades, como observa Leite e Tello (2010), concentram as ações humanas que tanto geram impactos positivos, como inovação e acesso a serviços, quanto negativos, como desigualdade e degradação ambiental. Essa dualidade reforça a necessidade de compreender a sustentabilidade urbana como um processo contínuo de reestruturação econômica, social e ambiental, que permita atender às demandas de uma população predominantemente urbana sem comprometer as bases ecológicas que sustentam a vida. Para Leite e Awad (2012), o conceito de cidade sustentável reconhece que o espaço urbano deve atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos de seus cidadãos, funcionando como um organismo dinâmico e adaptável, capaz de reagir às transformações e operar de forma cíclica e eficiente.

Essa discussão remete inevitavelmente à noção de desenvolvimento sustentável, consolidada a partir do Relatório Brundtland, em 1987, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. A partir dessa definição, diversas políticas globais, como a Agenda 21 e, mais recentemente, a Agenda 2030 da ONU, reforçaram a importância de incorporar princípios de sustentabilidade à gestão urbana.

Nesse contexto, emerge a importância dos indicadores de sustentabilidade urbana como instrumentos fundamentais para a avaliação e gestão das cidades. O termo “indicador” deriva do latim *indicatore*, que significa apontar, descobrir ou estimar, sendo, portanto, uma medida ou parâmetro que revela tendências e condições de determinado fenômeno. Os indicadores, ao sintetizarem informações complexas, permitem identificar padrões, avaliar políticas públicas e orientar decisões baseadas em evidências. Para Barros e Barden (2019) e Van Bellen (2005), os indicadores de sustentabilidade possibilitam operacionalizar o conceito de desenvolvimento

sustentável, tornando-o mensurável e aplicável às realidades locais, ao mesmo tempo em que evidenciam o caráter multidimensional dos fenômenos urbanos.

O uso sistemático de indicadores no monitoramento do desenvolvimento teve origem na década de 1940, com enfoque inicial nas dimensões econômicas, exemplificado pelo uso do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB). Com o avanço das discussões ambientais e sociais, sobretudo após a Conferência do Rio de Janeiro (1992) e a Agenda 21 Global, os indicadores passaram a ser reconhecidos como ferramentas essenciais para a gestão do desenvolvimento sustentável. Segundo Dandolini et al. (2020), os indicadores de sustentabilidade cumprem múltiplas funções: contribuem para a tomada de decisões eficazes, simplificam informações complexas, ampliam o conhecimento técnico e funcionam como sistemas de alerta para problemas econômicos, sociais e ambientais.

Dessa forma, os sistemas de indicadores de sustentabilidade surgem como abordagens integradas que reúnem diferentes dimensões, ambiental, social, econômica e institucional, permitindo avaliar de maneira mais completa o nível de sustentabilidade de um território. Conforme destacam Melo e Van Bellen (2019), apenas a combinação de indicadores em sistemas estruturados é capaz de retratar adequadamente a complexidade das realidades urbanas. Esses sistemas, quando aplicados de forma contextualizada, tornam-se instrumentos estratégicos de gestão e planejamento, viabilizando diagnósticos mais precisos e subsidiando políticas públicas que promovam o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

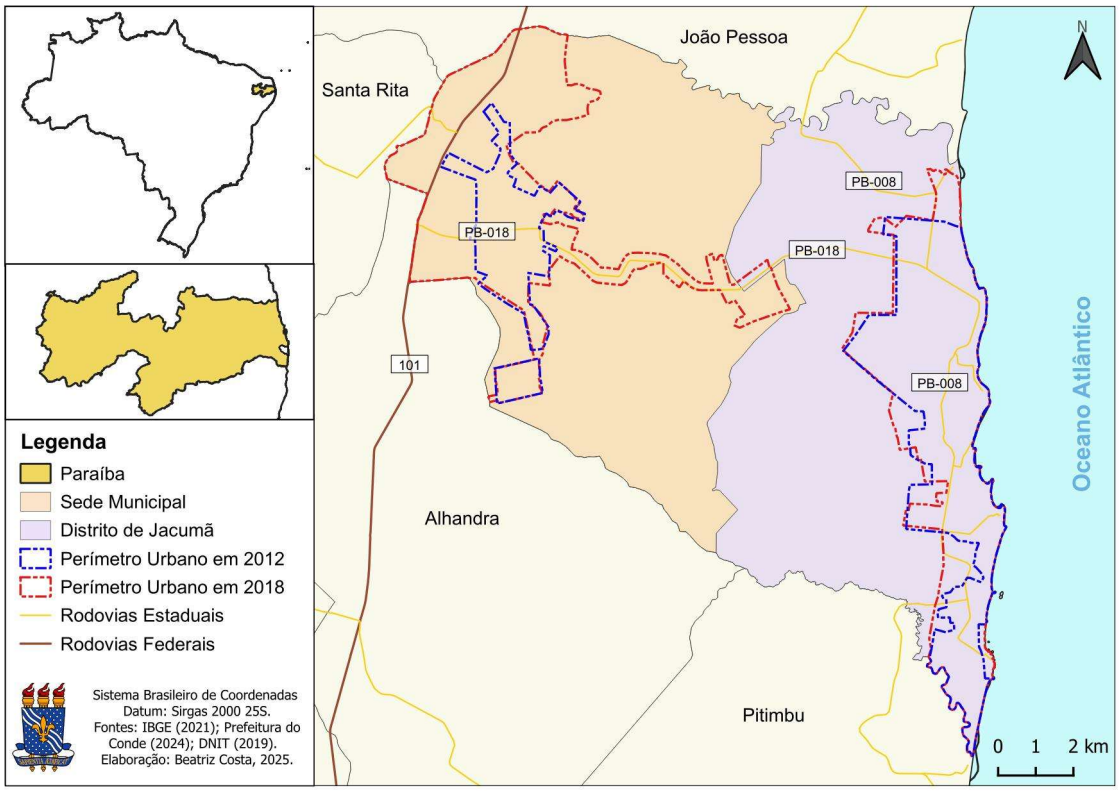
Assim, compreender a sustentabilidade urbana requer não apenas reconhecer seus princípios conceituais, mas também adotar instrumentos que permitam mensurá-la e orientá-la. Os indicadores e sistemas de indicadores de sustentabilidade representam, nesse sentido, uma ponte entre o discurso e a prática, entre a formulação teórica e a gestão efetiva do espaço urbano, contribuindo para o alcance de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Área de Estudo

O município de Conde é um dos 223 municípios do Estado da Paraíba e está localizado na região natural da Zona da Mata, fazendo parte da região Metropolitana de João Pessoa, capital paraibana (figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Possui uma população de 27.605 habitantes e unidade territorial de 171,267 km² (IBGE, 2022). Com relação ao panorama habitacional, 10.701 domicílios se encontram na área urbana, enquanto 3.403 domicílios estão na zona rural, de acordo com dados atualizado pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) (ATENDSAÚDE CONDE, 2024).

O município organiza-se em duas regiões: a Sede Municipal, localizada a oeste, abrangendo o centro administrativo do Conde, e o Distrito de Jacumã, situado a leste e abrangendo toda a faixa costeira. Embora mantenha características de um núcleo urbano pequeno, o município vem passando por um processo de expansão significativa, impulsionado pela instalação de empreendimentos imobiliários, pela ocupação de áreas anteriormente rurais e pela ampliação do setor de serviços, sobretudo aqueles voltados ao turismo. Além disso, destaca-se pela diversidade cultural, abrigando comunidades quilombolas, que correspondem a 10,90% da população, e aldeias indígenas, que representam 10,22%, segundo dados do censo do IBGE (2022).

Sua posição geográfica estratégica, entre os municípios de João Pessoa, Alhandra e Pitimbu, e seu acesso facilitado pela BR-101, PB-018 e pela PB-008, têm contribuído para sua crescente integração à dinâmica metropolitana, intensificando os fluxos populacionais,

econômicos e principalmente turísticos na região. Situado no litoral sul da Paraíba, apresenta significativo destaque em função de suas características naturais, especialmente pela presença de extensas áreas litorâneas, marcadas pelas belas praias.

O clima predominante é o Tropical Chuvoso (CPRM, 200), com temperaturas médias variando entre 24 °C e 31 °C (WEATHER SPARK, 2025)., fator que favorece o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de sol e praia, atraindo visitantes de diferentes regiões do Brasil e, em menor escala, do exterior. A economia local apresenta-se relativamente diversificada, sustentada por diferentes setores, sendo a agropecuária responsável por 2,56% da atividade econômica, a indústria por 22,50%, e as atividades de administração pública por 16,98%. A maior porcentagem vem do setor de serviços, responsável por 57,95% do PIB municipal (SEPLAG-PB; IBGE, 2022). Dentre esses, o turismo constitui-se como a principal atividade econômica, impulsionado pelas potencialidades paisagísticas e ambientais do município. Ressalta-se, contudo, que uma parcela significativa dos visitantes tende a se hospedar na capital paraibana, João Pessoa, deslocando-se ao Conde em caráter temporário, principalmente para usufruir de suas praias.

A agricultura também desempenha papel de relevância, sobretudo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, que vem sendo estimulada por políticas públicas locais e estaduais voltadas à valorização da produção local e ao fortalecimento das cadeias produtivas regionais conforme a Lei n°012/ 2022 que institui no município de Conde o Programa Alimenta Brasil, denominado Programa do Campo para a Mesa, com o objetivo de garantir o acesso à alimentação para pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, além de estimular a participação da agricultura familiar na produção e no mercado.

Além disso, o município abriga um polo industrial em processo de consolidação, caracterizado principalmente pela presença de empreendimentos voltados à logística e à distribuição de produtos destinados ao comércio eletrônico, ampliando, assim, a diversidade de sua base econômica.

3.2 Procedimentos

Para identificar os avanços e limitações relacionados à sustentabilidade urbana no município de Conde, utilizou-se o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Urbana e Ambiental para Pequenos Municípios (SISU-PM), desenvolvido por Silva (2025). O SISU-PM propõe uma metodologia voltada à avaliação das especificidades de municípios de pequeno porte. A construção dessa metodologia foi alinhada com a Agenda 2030, com vistas a adaptar

os indicadores nacionais e internacionais à realidade dos pequenos municípios, envolveu uma seleção criteriosa a partir de sistemas de indicadores já consolidados, como o ICES (Indicadores de Cidades Emergentes e Sustentáveis), o PCS (Programa Cidades Sustentáveis) e o IDSC-BR (O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil). Em seguida, com a participação da comunidade local, foram previamente definidos os indicadores que integrariam o sistema, chegando-se à escolha de 58 indicadores considerados os mais adequados à realidade do município de Conde.

Para fins de classificação dos resultados, o SISU-PM apresenta um sistema de semaforização, no qual os resultados dos indicadores foram organizados em três níveis hierárquicos: adequado, alerta e crítico, simbolizados respectivamente pelas cores verde, amarelo e vermelho. Essa classificação seguiu os parâmetros previamente estabelecidos pelos sistemas de indicadores de referência utilizados na pesquisa (ICES, PCS e IDS), os quais serviram como base para a adaptação das faixas de avaliação à escala local. A adoção desse modelo visual permitiu identificar, de forma clara e objetiva, os indicadores nos quais o município apresenta desempenho satisfatório, bem como aqueles que requerem maior atenção e intervenções por parte do poder público para promover melhorias e alcançar padrões mais sustentáveis.

Os 58 indicadores do SISU-PM são sistematizados em sete dimensões, agrupados conforme seus respectivos temas, onde cada indicador abarca no mínimo dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de forma a contemplar todos os 17 ODS. Cumpre salientar que os ODS, apresentados pela Agenda 2030, são fruto do trabalho em conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, com intuito de construir um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem estar, bem como proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas (UNRIC, 2025).

Essa divisão permite uma análise mais abrangente e integrada, visto que cada dimensão contempla variáveis específicas, mas relacionadas entre si, possibilitando compreender de forma integral os diferentes aspectos da realidade municipal e ambiental.

Assim, ao sistematizar os dados em torno dessas dimensões, garante-se uma avaliação consistente e representativa dos elementos que compõem a sustentabilidade nos pequenos municípios. Essa perspectiva sistêmica compreende que a sociedade está inserida em um conjunto maior de subsistemas interdependentes e que o equilíbrio de cada um deles é condição indispensável para a viabilidade do todo.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável exige não apenas ações pontuais, mas um modelo de sistematização capaz de traduzir essas relações complexas em indicadores que forneçam informações confiáveis sobre a situação e o desempenho de cada componente.

3.3 Indicadores selecionados para a pesquisa

A etapa de seleção dos indicadores foi conduzida a partir de critérios de disponibilidade temporal, confiabilidade e consistência das informações, priorizando fontes oficiais de dados secundários. Para tanto, foram consideradas bases consolidadas como o SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), DATASUS (Departamento de Informática do SUS), SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), entre outros, além da consulta a documentos públicos emitidos por órgãos governamentais. Do conjunto dos 58 indicadores presentes no SISU-PM, chegou se no resultado de 20 indicadores que seriam possíveis estabelecer as métricas com base nos critérios mencionados. Estes indicadores selecionados estavam distribuídos entre as sete dimensões (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores Selecionados do SISU-PM.

Indicador	Dimensão
Baixo peso ao nascer (%)	1
Desnutrição Infantil (%)	
Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (%)	2
Mortalidade na infância (número de óbitos infantis de 0 a 4 anos)	
Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)	
Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	
Desigualdade de salário por sexo (Razão)	3
Moradias com conexões domiciliares à rede de água da cidade (%)	4
Moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto (%)	
Domicílios com acesso à energia elétrica	
Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	
Número de automóveis de uso pessoal per capita	
Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos de idade ou mais	

PIB per capita (R$ per capita)	5
Desemprego (%)	
Acesso a serviço de coleta de resíduos domésticos (%)	6
Área desmatada (%)	
Taxa de homicídio (100 mil habitantes)	7

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Estabeleceu-se o recorte temporal entre 2009 e 2024, justificado pela realização do Censo Demográfico de 2010, que constitui a base de dados mais abrangente e detalhada sobre a realidade socioeconômica e territorial brasileira, considerando que os anos anteriores não possibilitariam a seleção de um número expressivo de indicadores em razão da limitada disponibilidade de dados.

A partir dessa referência, de modo a aproveitar os dados gerados em torno dos Censo 2010 e 2022, delimitou-se o Período 1, compreendendo os anos de 2009 a 2012, e o Período 2, correspondente ao intervalo de 2020 a 2024, o qual permite analisar a conjuntura mais atual. Essa divisão temporal possibilita a mensuração comparativa dos indicadores, permitindo identificar variações, tendências e padrões de transformação ao longo do tempo, favorecendo a análise das condições de sustentabilidade urbana no município em estudo.

Foram levantados os dados necessários para compor as variáveis de cada indicador, de acordo com o que era exigido em seu método de cálculo. Com essas informações reunidas, foi possível realizar o cálculo dos índices, e classificar os resultados de acordo com os valores parametrizados pelo sistema de semaforização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da aplicação do SISU-PM para os anos analisados são apresentados a seguir, considerando as dimensões temáticas e a classificação de cada indicador segundo o sistema de semaforização, representada pelas cores correspondentes.

A **Dimensão 1: Erradicação da Fome e Pobreza**, aborda as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 1-Erradicação da Pobreza e 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. Os 2 indicadores analisados evidenciam avanços e retrocessos distintos no que se refere às condições de saúde infantil (Figura 2).

Figura 2. Dimensão 1.

Dimensão 1: Erradicação da Fome e Pobreza											
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Baixo peso ao nascer (%)	Crianças com baixo peso ao nascer (<=2.499g) (***Cp***) ÷ Nascidos vivos no município (***Nv***) (×100)	***Cp*** = 25 ***Nv*** = 400	2010	***Cp*** = 43 ***Nv*** = 473	2023	6,25%	9,09%	6%	11%	13%
Desnutrição Infantil (%)	Crianças menores de 5 anos com peso muito baixo para a idade (percentil < 0,1) (***Cp***) ÷ Crianças menores que 5 anos (***Cm***) (×100)	***Cp*** = 17 ***Cm*** = 877	2010	***Cp*** = 7 ***Cm*** = 2268	2022	1,94%	0,31%	1%	3%	5%

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

O indicador de baixo peso ao nascer apresentou uma evolução negativa ao longo do período analisado. No Período 1 a taxa era de 6,25%, passando para 9,09% no Período 2, valor considerado adequado (6%) e aproxima-se do valor crítico (13%). Esse comportamento evidencia fragilidades no acompanhamento pré-natal e na qualidade da assistência materno-infantil, refletindo não apenas lacunas estruturais no sistema de saúde, mas também a influência de determinantes sociais que condicionam esse cenário.

Entre eles, destacam-se as desigualdades socioeconômicas, as carências nutricionais e as limitações no acesso a serviços básicos, nível de escolaridade da mãe, fatores que, em conjunto, contribuem para a vulnerabilidade materno-infantil (Andrade; Szwarcwald; Castilho, 2008). Tais elementos sinalizam que as políticas públicas implementadas não acompanharam de forma adequada o crescimento demográfico do município, resultando em uma discrepância entre a demanda populacional e a oferta de cuidados essenciais à saúde.

Em contrapartida, o indicador de desnutrição infantil apresentou melhora significativa. No Período 1 o percentual de crianças menores de 5 anos com peso muito abaixo do esperado para a idade era de 1,94%, caindo para 0,31% no Período 2. Esse resultado insere o município na faixa considerada adequada, evidenciando avanços significativos no enfrentamento da desnutrição.

Tais progressos estão associados à ampliação das políticas públicas de segurança alimentar, ao fortalecimento da cobertura da atenção básica em saúde e à melhoria das condições gerais de vida da população. Nesse contexto, destaca-se o papel da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) de Conde, responsável pela coordenação das ações de assistência social e de segurança alimentar, por meio de programas como o “Cartão Alimenta Conde”, o “Do Campo para a Mesa” que promove distribuições sazonais de alimentos (Prefeitura do Conde, 2025).

De modo geral, a análise evidencia um quadro contraditório: embora tenham sido obtidos progressos na redução da desnutrição infantil, persistem desafios relevantes no que diz respeito ao baixo peso ao nascer, que ainda representa um risco significativo para a saúde infantil e pode comprometer o desenvolvimento das crianças a longo prazo.

A **Dimensão 2: Saúde e Educação de Qualidade**, aborda as metas dos ODS 3 - Saúde e Bem-estar e 4 Educação de Qualidade. Reúne 6 indicadores que permitem avaliar as condições de saúde da população e a qualidade da educação ofertada no município (Figura 3).

Figura 3 – Dimensão 2.

Dimensão 2: Saúde e Educação de Qualidade										
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Mortalidade por doencãs crônicas não transmissíveis (%)	Redução entre o ano de referencia e o imediatamente anterior.Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (*Md*) ÷ População total do município (*Pm*)(x10.000)	***Md09 = 28*** ***Md10 = 36*** ***Pm = 21.309***	2010 e 2009	***Md22*** = 47 ***Md23*** = 30 ***Pm*** = 27.605	2022 e 2023	28,57%	36,17%	Redução de 1/3 (33%)	* Redução 1/5 (20%)	* Redução 1/10 (10%)
Mortalidade na infância (número de óbitos infantis de 0 a 4 anos)	Óbitos de crianças de 0 a 4 anos de idade (*Oc*) ÷ Nascidos vivos no município (*Nv*) (x1.000)	***Oc*** = 12 ***Nv*** = 400	2010	***Oc*** = 9 ***Nv*** = 474	2023	30	18,99	25	37	50
Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)	Escolas públicas que possuem banheiros, rampas e vãos livres adequados a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (*Ed*) ÷ Total de escolas públicas no município (*Te*)(× 100)	***Ed*** = 3 (apenas banheiros) ***Te*** = 30	2010	***Ed*** = 14 ***Te*** = 32	2023	10%	43,75%	60	10	0
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Rede municipal - Anos Finais	Nota = 3,1	2009	Nota = 4,4	2023	3,1	4,4	5,25	3,60	2,90
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Rede municipal - Anos Iniciais	Nota = 3,9	2009	Nota = 6,4	2023	3,9	6,4	6,65	4,67	3,80
Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	Analfabetos com 15 anos ou mais (*An*) ÷ População com 15 anos ou mais (*Po*)(× 100)	***An*** = 9.517 ***Po*** = 15.086	2010	***An*** = 3.887 ***Po*** = 21.886	2022	63,08(%)	17,76%	3,00	17,00	30,00

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

O indicador de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis apresentou uma redução, passando de 28,57% no primeiro período para 36,17% no segundo. Esse resultado sinaliza um avanço representativo, sugerindo que as políticas voltadas à prevenção de doenças, aliadas à melhoria do sistema de saúde, contribuíram para a redução da mortalidade. E o

Indicador da mortalidade infantil (0 a 4 anos) apresentou evolução, reduzindo de 30 para 18,99, saindo da categoria de alerta para um nível adequado de sustentabilidade.

Na educação, observa-se progresso em termos de infraestrutura escolar acessível. No Período 1 apenas 10% das escolas apresentavam estruturas de acessibilidade, com dependências adequadas apenas nos banheiros (INEP 2010). Enquanto no Período 2 esse índice subiu para 43,75% mostrando que além dos banheiros com dependências adequadas a pessoas com deficiência, também tinham rampas e vãos livres para pessoas com mobilidade reduzida (INEP, 2023), aproximando-se da faixa adequada (60). Isso demonstra evolução, embora ainda seja necessário ampliar a acessibilidade.

O desempenho da rede municipal, medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresenta cenários distintos. Nos anos iniciais (fundamental I), o avanço foi mais expressivo, saindo de 3,9 para 6,4, colocando o município em uma situação mais favorável. Já nos anos finais do ensino fundamental, houve crescimento da nota, de 3,1 para 4,4, mas ainda abaixo do esperado, permanecendo na categoria de alerta. Esse cenário reflete uma realidade nacional, visto que, em 2023, diversos estados brasileiros não atingiram as metas estabelecidas (INEP, 2023).

Entre os fatores que explicam esse desempenho insatisfatório, destaca-se a evasão escolar. Embora não tenham sido encontrados dados específicos referentes ao município analisado, no Nordeste, a taxa de evasão escolar atinge 32% entre crianças e adolescentes de 11 a 19 anos (Ipec, 2022), percentual que vem apresentando tendência de crescimento desde o período da pandemia de 2020 e 2021. As principais razões associadas a esse fenômeno incluem dificuldades de aprendizado e desinteresse pelos conteúdos escolares, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, carências de infraestrutura escolar, entre outros fatores (Ipec, 2022).

Por fim, o indicador de analfabetismo da população com 15 anos ou mais apresentou forte redução: caiu de 63,08% no Período 1 para 17,76% no Período 2. Esse é um dado bastante positivo, reflexo de políticas públicas educacionais federais, estaduais e municipais implementadas em âmbito municipal ao longo da última década. Entre os principais investimentos do período, destacam-se a capacitação de professores, investimento na melhoria da infraestrutura das escolas, distribuição de materiais escolares e fardamento além de programas de acompanhamento pedagógico, viabilizado pelo Programa Pacto Alfabetiza Mais Paraíba (Governo da Paraíba, 2025)

Em síntese, a dimensão revela que houve avanços na redução por doenças crônicas não transmissíveis, mortalidade infantil, infraestrutura escolar, desempenho nos anos iniciais e

redução do analfabetismo. Contudo, persistem desafios significativos quanto à qualidade da educação nos anos finais do ensino fundamental.

Nesse sentido, evidencia-se que, apesar dos avanços já alcançados, é imprescindível que o município fortaleça as ações voltadas à permanência escolar, estimulando as crianças a continuarem seus estudos e oferecendo apoio às famílias para que mantenham seus filhos na escola. A educação básica constitui um dos principais fatores de desenvolvimento econômico em diversos países. Isso ocorre porque a formação inicial contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais tanto para a inserção nas atividades produtivas quanto para o pleno exercício da cidadania (Banco Mundial, 2017).

Além de sua relevância econômica, a educação básica também desempenha papel determinante na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida. A Organização Mundial da Saúde evidencia que o nível educacional está diretamente relacionado ao acesso aos serviços de saúde e à adoção de práticas de autocuidado, funcionando como um importante determinante social da saúde (Colombo, 2010).

Entretanto, observa-se que a renda atua como fator mediador nesse processo, uma vez que possibilita o acesso a melhores condições de escolaridade e, ao mesmo tempo, potencializa as oportunidades de cuidados com a saúde. Assim, educação e renda se retroalimentam: quanto maior o nível educacional, maiores as chances de inserção no mercado de trabalho e geração de renda; e quanto maior a renda, maiores as possibilidades de acesso à educação de qualidade e a serviços de saúde, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população.

Ressalta-se que tal desafio não se restringe ao âmbito local, mas reflete um problema de dimensão nacional, diretamente influenciado pelas desigualdades de renda que marcam a realidade social do País.

A **Dimensão 3: Redução das Desigualdades e Incentivo à Equidade,** contempla as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 5 – Igualdade de gênero e 10 – Redução das Desigualdades. Foi selecionado 1 indicador nesta dimensão, o indicador de desigualdade de salário por sexo, calculado pela razão entre o rendimento médio real das mulheres e o rendimento médio real dos homens (Figura 4).

Figura 4 – Dimensão 3.

Dimensão 3: Redução das Desigualdades e Incentivo a Equidade											
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Desigualdade de salário por sexo (Razão)	Rendimento médio real das mulheres (*Rm*) ÷ Rendimento médio real dos homens (*Rh*)	*Rm* = 272,71 *Rh* = 523,95	2010	*Rm* = 611,86 *Rh* = 1.175,55	2022	0,52	0,52	0,90	0,60	0,50

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

No ano de Período 1, o rendimento médio das mulheres foi de R$ 272,71, enquanto o dos homens R$ 523,95, resultando em um índice de 0,52. Tal valor indica que, naquele período, as mulheres recebiam, em média, 52% da remuneração masculina. No Período 2, observa-se um aumento absoluto dos rendimentos, passando para R$ 611,86 (mulheres) e R$ 1.175,55 (homens). Todavia, a razão entre os rendimentos manteve-se em 0,52, demonstrando que, apesar do crescimento nominal, não houve redução da disparidade salarial de gênero ao longo do intervalo analisado.

Assim, o resultado de 0,52 em ambos os períodos permanece no limiar da condição grave, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais no mercado de trabalho. Os dados sugerem que, mesmo com a valorização dos rendimentos médios, a proporção entre salários femininos e masculinos se manteve inalterada, revelando a necessidade de políticas públicas e estratégias institucionais capazes de enfrentar a desigualdade de gênero.

A presença feminina no mercado de trabalho passou por mudanças significativas ao longo das últimas décadas e a inserção das mulheres nesse espaço ganhou maior expressão após a Segunda Guerra Mundial (Jesus; Silva; Neves. 2020).

Também ocorreu a ampliação dos níveis de escolaridade das mulheres e a conquista de maior participação no mercado de trabalho. Contudo, desde o início dessa inserção, as condições oferecidas às mulheres permanecem desiguais, com remunerações inferiores e piores oportunidades em comparação aos homens.

Assim, mesmo diante dos avanços obtidos, a desigualdade salarial continua sendo um desafio, evidenciando que, mesmo em funções equivalentes, os rendimentos femininos são consideravelmente menores. Na esfera econômica, tal desigualdade é caracterizada como discriminação, ou seja, um tratamento diferenciado diante de critérios aplicados a uma mesma atividade. (Jesus; Silva; Neves, 2020)

As mulheres ainda vivenciam um descompasso em relação à igualdade de direitos, diretamente associado às questões de gênero. Essa realidade reforça a importância e a atualidade

do debate, uma vez que, embora tenham alcançado avanços significativos e conquistado espaço em diferentes setores da sociedade, persistem desigualdades que limitam sua plena equidade.

A **Dimensão 4: Cidades Sustentáveis e Infraestrutura Urbana,** aborda as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 6 – Água Potável e Saneamento, 7 – Energia Limpa e Acessível e 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Os 5 indicadores selecionados refletem o acesso da população a infraestrutura coletiva, bem como aspectos relacionados à mobilidade e à segurança no trânsito. Os resultados revelam avanços pontuais, mas também evidenciam fragilidades estruturais significativas, sobretudo no que se refere ao saneamento básico (Figura 5).

Figura 5 – Dimensão 4.

Dimensão 4: Cidades Sustentáveis e Infraestrutura Urbana										
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Moradias com conexões domiciliares à rede de água da cidade (%)	Moradias com conexões domiciliares à rede de água da cidade (*Ra*) ÷ Total de domicílios permanentes ocupados (*Td*)(x 100)	*Ra* = 3.159 *Td* = 5.781	2010	*Ra* = 5.356 *Td* = 8.966	2022	54,64%	59,74%	90%–100%	75%–90%	< 75%
Moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto (%)	Moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto (*Se*) ÷ Total de moradias (*Tm*) (x 100)	*Se* = 40 *Tm* = 5.781	2010	*Se* = 170 *Tm* = 8.966	2022	0,70%	1,89%	> 75%	75%–60%	< 60%
Domicílios com acesso à energia elétrica	Domicílios com acesso à energia elétrica (*Ee*) ÷ Total de domicílios no município (*Dm*) (x100)	*Ee* = 5.602 *Dm* = 5.781	2010	*Ee* =11.951 *Dm* = 14.104		96,9	84,73%	99	90	80
Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	Número de mortes em acidentes de trânsito (*At*) ÷ População total do município (*Pm*)(× 1.000)	*At* = 7 *Pm* = 21.309	2010	*At* = 10 *Pm* = 27.605	2022	0,32	0,36	> 0,12	0,12 - 0,23	< 0,23
Número de automóveis de uso pessoal per capita	Número de automóveis de uso pessoal per capita (*Ap*) ÷ População total do município (*Pm*)	*Ap* = 1.770 *Pm* = 21.309	2012	*Ap* = 3.805 *Pm* = 27.605	2022	0,08	0,14	< 0,3	0,3-0,4	> 0,4

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

O indicador de moradias com conexões domiciliares à rede de água no município, registrou uma ligeira evolução, passando de 54,64% no Período 1 para 59,74% no Período 2. Apesar do aumento, o índice permanece em condição crítica, já que está muito abaixo do patamar considerado adequado (90% -100%). Isso demonstra que uma parcela expressiva da população ainda não dispõe de acesso adequado à rede de abastecimento público de água.

No indicador que mede a proporção de moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto, observa-se um cenário ainda mais preocupante. No período 1, apenas 0,70% das

residências estavam conectadas à rede, e no período 2 esse valor subiu para 1,89%, revelando ausência de melhorias. A semaforização indica situação crítica, já que o ideal seria superar os 75%.

No município do Conde, a maioria dos domicílios utilizam fossas rudimentares, que correspondem a 65,31% das residências. Essas estruturas são caracterizadas por serem construídas sem acompanhamento técnico ou fiscalização dos órgãos municipais competentes. Em contrapartida, apenas 29% dos domicílios fazem uso de fossas sépticas, estas implantadas com base em critérios técnicos e sob supervisão de órgãos fiscalizadores (Silva, 2025).

Esse quadro evidencia uma significativa precariedade na infraestrutura de saneamento básico com impactos diretos para a saúde da população sendo agravado pelo fato de que o fornecimento de água no município depende em sua maioria de poços artesianos, devido à ampla disponibilidade do lençol freático, característica comum em municípios do litoral paraibano. Contudo, a predominância de fossas rudimentares expõe esse recurso hídrico ao risco de contaminação direta, comprometendo a qualidade da água consumida pela população e aumentando a vulnerabilidade à disseminação de diversas doenças de veiculação hídrica.

Por outro lado, o indicador relativo ao acesso domiciliar à energia elétrica, apresenta resultados mais positivos. Houve uma pequena queda no percentual de cobertura, passando de 98,73% (Período 1) para 84,73% (Período 2), o que coloca o município na faixa de alerta. Ainda assim, trata-se de um serviço relativamente consolidado, mas que exige atenção para evitar retrocessos.

No campo da mobilidade e segurança, o indicador de vítimas mortais em acidentes de trânsito por 1.000 habitantes aumentou ligeiramente de 0,32 (Período 1) para 0,36 (Período 2). Esse índice é classificado como crítico, pois ultrapassa o limite aceitável de 0,23. O aumento da frota de veículos e da circulação viária, impulsionado pelo crescimento populacional, não foi acompanhado por investimentos proporcionais em infraestrutura.

De acordo com dados da Prefeitura do Conde (2024), apenas 20,41% das vias do município são pavimentadas, o que evidencia uma limitação significativa na oferta de rotas adequadas, inclusive na cobertura pelo transporte coletivo. Essa carência reflete não apenas a insuficiência da malha viária, mas também a ausência de investimentos consistentes em políticas voltadas ao transporte público, comprometendo diretamente a mobilidade urbana no município.

Por fim, o indicador referente ao número de automóveis de uso pessoal per capita, apresentou elevação de 0,08 (Período 1) para 0,14 (Período 2). Apesar do crescimento, o

resultado se encontra dentro da faixa considerada boa, já que valores acima de 0,3 indicariam maior pressão sobre o trânsito e sobre o meio ambiente urbano.

Em síntese, os resultados da Dimensão 4 revelam que, enquanto o acesso à energia elétrica e a taxa de automóveis per capita se apresentam em condições relativamente satisfatórias, o abastecimento de água, o saneamento básico e a mobilidade constituem os principais desafios para a promoção de cidades mais sustentáveis e com infraestrutura adequada.

A **Dimensão 5: Trabalho, Crescimento Econômico e Inovação**, aborda as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura. Os 3 indicadores selecionados revelas aspectos relevantes sobre a evolução econômica e o mercado de trabalho do município nos períodos avaliados (Figura 6).

Figura 6 – Dimensão 5.

Dimensão 5: Trabalho, Crescimento Economico e Inovação										
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos de idade ou mais	Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais	1,9 salários mínimos	2010	2 salários mínimos	2022	2	1,9	5,5 salários minimos	2,5 salários minimos	1 salário minimo
PIB per capita (R$ per capita)	PIB per capita (R$ per capita)	R$ 14.977,23	2010	R$ 50.786,89	2021	14.977,23	50.786,89	38.000,00 (R$)	23.000,00 (R$)	7.300,00 (R$)
Desemprego (%)	Pessoas desempregadas (***Pd***) ÷ População total do município (***Pm***) (x100)	***Pd*** = 8.750 ***Pm*** = 21.309	2010	***Pd*** = 2.323 ***Pm*** = 30.734	2024	40,11%	7,56%	3%	10,27%	15,57%

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

O rendimento médio do trabalho principal de pessoas de 16 anos ou mais apresentou uma leve redução entre 2010 e 2022, passando de 2,0 salários mínimos para 1,9 salários mínimos. No entanto, ao comparar com os critérios de semaforização, observa-se que o município ainda se encontra em situação de alerta, indicando que, os salários permanecem relativamente baixos.

Além disso, persiste a necessidade de incentivos à escolaridade e na busca por maior qualificação profissional, condição essencial para a melhoria das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades socioeconômicas.

O PIB per capita registrou um aumento significativo, passando de R$ 14.977,23 em 2010 para R$ 50.786,89 em 2021. Essa evolução sugere uma melhora considerável na produção econômica per capita do município. O resultado do período 2 posiciona o município na faixa considerada adequado segundo a semaforização, indicando um fortalecimento econômico que pode favorecer a geração de empregos e investimentos em inovação.

No entanto, observa-se que o crescimento do PIB não se reflete diretamente na melhoria das condições de vida da população local, uma vez que não há um repasse efetivo desse avanço econômico em forma de investimentos sociais e os salários permanecem em níveis baixos, conforme evidenciado pelo indicador anterior.

A porcentagem de desemprego apresentou uma redução substancial, passando de 40,11% em 2010 para 7,56% em 2024, refletindo uma melhora expressiva na absorção da força de trabalho local. Nesse contexto, os baixos rendimentos indicam a necessidade de políticas que promovam a capacitação profissional e a valorização salarial, de modo a garantir maior estabilidade, qualidade de vida e aproveitamento efetivo do potencial econômico local.

A análise da Dimensão 5 evidencia uma tendência positiva no crescimento econômico e na geração de emprego, com o PIB per capita aumentando e a taxa de desemprego diminuindo consideravelmente. Por outro lado, o rendimento médio do trabalho ainda é um ponto de atenção, pois se mantém em nível relativamente baixo. Portanto, embora o município demonstre avanços importantes em termos de crescimento econômico e absorção de mão de obra. As políticas voltadas à valorização salarial e à inovação são essenciais para consolidar os resultados e promover maior equidade social.

A **Dimensão 6: Bens Naturais e Comuns**, aborda as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 12 – Consumo e Produção Responsáveis, 13 – Ação contra a mudança global e do clima, 14 – Vida na Água e 15 – Vida Terrestre. Para este estudo foram selecionados 2 indicadores nesta dimensão, (Figura 7).

Figura 7 – Dimensão 6.

Dimensão 6: Bens Naturais e Comuns										
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Acesso a serviço de coleta de resíduos domésticos (%)	Domicílios com acesso a serviço de coleta de resíduos domésticos (***Rd***) ÷ Total de domicílios no município (***Dm***) (x100)	***Rd*** = 3.542 ***Dm*** = 5.781	2010	***Rd*** = 7.374 ***Dm*** = 8.966	2022	61,26%	82,24%	90%–100%	75%–90%	< 75%
Área desmatada (%)	Total, em quilômetros quadrados, de área desmatada (***Ad***) ÷ Área total do município em quilômetros quadrados (***Am***) (×100)	***Ad*** = 5,64 km² ***Am*** = 171,27 km²	2010	***Ad*** = 8,11km² ***Am*** = 171,27 km²	2022	3,29%	4,74%	0	5	Acima de 5

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

O indicador de acesso a serviço de coleta de resíduos domésticos, no Período 1, demonstra que apenas 61,26% dos domicílios contavam com esse serviço, enquadrando-se na faixa considerada crítica (<75%). No período 2, houve avanço significativo, com 82,24% dos domicílios atendidos, classificando-se como alerta (75%–90%). Esse aumento reflete melhorias, embora ainda não atinja o patamar considerado ideal (90%–100%), evidenciando a necessidade de expansão do serviço para alcançar cobertura plena.

A melhoria observada ocorreu nos anos subsequentes a criação da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída por meio da Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 10.936/2022. Essa legislação estabeleceu os princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e responsabilidades para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente correto dos RSU (Brasil, 2010), destacando a importância do envolvimento do poder público, dos geradores de resíduos e do setor empresarial como atores corresponsáveis pela coleta e destinação adequada dos resíduos.

O indicador de Área Desmatada avalia a proporção do território municipal que sofreu desmatamento. Entre 2010 e 2022, a área desmatada aumentou de 3,29% para 4,74%, permanecendo na faixa de alerta. Embora esse percentual ainda não ultrapasse o limite considerado crítico, o avanço do desmatamento evidencia pressões crescentes sobre os recursos naturais e reforça a urgência da implementação de políticas de preservação ambiental e de manejo sustentável.

Tais medidas mostram-se ainda mais essenciais diante das condições geológicas do território, caracterizado pelo Tabuleiro Costeiro de origem sedimentar, cujo grau de entalhamento é variável, ocorrendo tanto em vales estreitos com encostas íngremes quanto em áreas mais abertas, marcadas por encostas suaves e amplas planícies aluviais (CPRM, 2005),

onde a ausência de cobertura vegetal intensifica os processos erosivos e aumenta o risco de deslizamentos.

A Dimensão 6 evidencia avanços na provisão de serviços essenciais, como a coleta de resíduos, mas também alerta para desafios relacionados à conservação ambiental. Enquanto o acesso aos serviços evoluiu positivamente, o aumento da área desmatada demonstra a importância de integrar estratégias de desenvolvimento urbano e preservação dos bens naturais, garantindo sustentabilidade e qualidade de vida à população.

A **Dimensão 7: Paz, Justiça e Governança,** contempla as metas dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis: 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 – Parcerias e Meios de Implementação. Foi analisado 1 indicador da taxa de homicídios por 100 mil habitantes (Figura 8).

Figura 8 – Dimensão7.

Dimensão 7: Paz, Justiça e Governança										
Indicador	Método de cálculo	Dados Período 1		Dados Período 2		Result. Período 1	Result. Período 2	Semaforização		
		Variáveis	Ref.	Variáveis	Ref.			Adequado	Alerta	Crítico
Taxa de homicídio (100 mil habitantes)	Total de mortes por homicídio (*Mh*) ÷ População total (*Pt*) (x100.000)	*Mh* = 14 *Pt* = 21.309	2010	*Mh* = 15 *Pt* = 27.605	2022	65,7	54,33	1,5	3,00	38,00

Fonte: SILVA, Lilian Ferreira Cardoso da. COSTA, Beatriz Fabiani Leão da. 2025.

Para o Período 1, o resultado do indicador apresentou uma taxa de 65,7 homicídios por 100 mil habitantes, e no Período 2, apresentou uma taxa de 54,33 por 100 mil habitantes.

Embora tenha ocorrido diminuição no número de homicídios, essa redução não foi suficiente para diminuir o número absoluto de casos. Isso indica uma melhora relativa, mas não necessariamente concreta na segurança, já que os casos totais continuaram praticamente estáveis. Entretanto, ambos os períodos registram índices significativamente acima do limiar considerado crítico (38 homicídios por 100 mil habitantes), evidenciando uma situação grave de violência letal no município.

A segurança pública não pode ser tratada de forma isolada, uma vez que está diretamente associada a fatores estruturais como pobreza, analfabetismo, desigualdade social, desemprego e baixos salários. Ações voltadas para a redução da pobreza, ampliação do acesso à educação de qualidade e diminuição do analfabetismo possuem um efeito indireto, mas consistente, sobre a queda das taxas de homicídio, já que ampliam as oportunidades e reduzem a vulnerabilidade social.

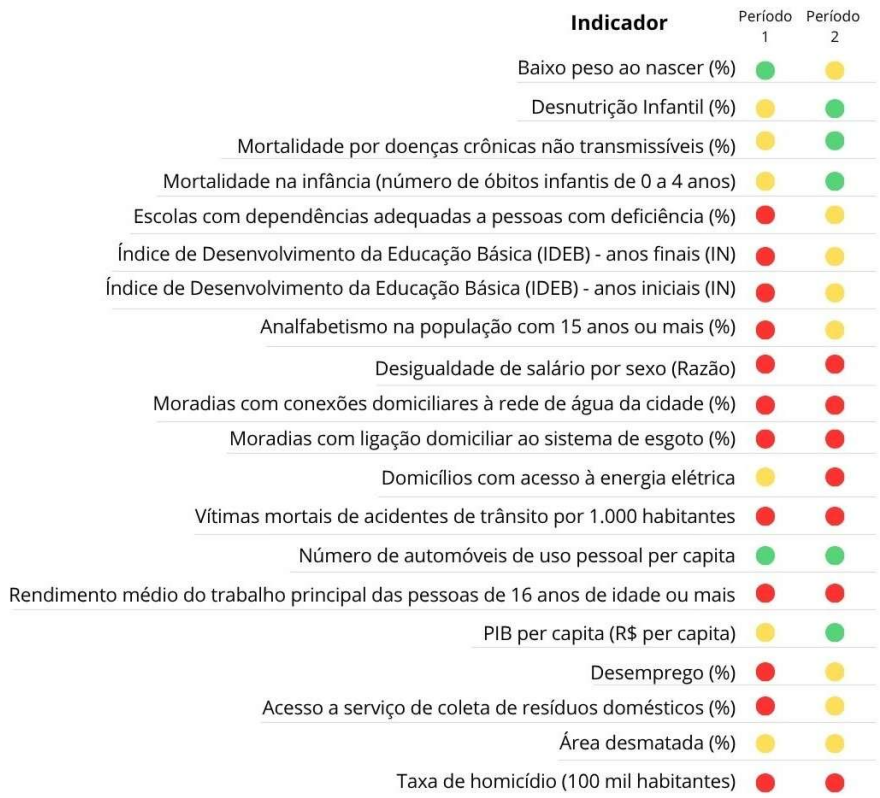
Nesse sentido, embora o investimento direto em segurança pública seja essencial para enfrentar a criminalidade no presente, apenas ele não é capaz de garantir resultados duradouros. É necessário articular políticas sociais, econômicas e urbanas que promovam inclusão, geração de empregos, acesso a serviços públicos e melhoria das condições de vida (Santos; Santos; Pires. 2025).

Além disso, em territórios onde não se consegue assegurar ordem e segurança, inexiste espaço para o desenvolvimento socioeconômico, pois a instabilidade afasta investimentos e limita a geração de oportunidades (Friede, 2019). Assim, apenas em ambientes onde predominam estabilidade e previsibilidade institucional é possível criar bases sólidas para o investimento produtivo e para o desenvolvimento sustentável da sociedade (Friede, 2019).

Portanto, o enfrentamento da violência deve abranger a sustentabilidade, pois atinge não apenas os sintomas do problema, mas também suas causas estruturais, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa, segura e resiliente.

Por fim, para fins de visualização quantitativa do avanço dos indicadores, observaram-se resultados que evidenciam uma melhora no desempenho ao longo do tempo. No Período 1, foram identificados 12 indicadores classificados como críticos, 6 em alerta e apenas 2 considerados adequados. Já no Período 2, verificou-se uma redução significativa dos indicadores críticos, totalizando 7, enquanto 8 indicadores foram classificados em alerta e 5 adequados (Figura 9).

Figura 9 – Resultados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os indicadores, ao traduzirem dados em informações significativas, constituem instrumentos fundamentais para compreender e orientar a gestão de realidades complexas. A análise integrada de múltiplos indicadores, em vez da observação isolada de um único dado, permite captar as inter-relações entre as dimensões social, econômica e ambiental de um município, oferecendo uma visão mais abrangente de seus desafios e potencialidades.

Os desafios contemporâneos, como a segurança pública e a escolaridade, representam fenômenos complexos cujas causas e consequências se entrelaçam em diversas dimensões da realidade urbana. A educação, por exemplo, exerce papel central nesse contexto, pois o nível de escolaridade influencia diretamente o acesso da população às políticas de saúde, às oportunidades de emprego e à inclusão social. No campo econômico, observa-se, conforme evidenciado na Dimensão 5, que o município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) elevado, contudo, esse crescimento não se reflete proporcionalmente em investimentos sociais, como demonstra a Dimensão 4, marcada por uma infraestrutura ainda bastante precária. A falta de atenção a setores essenciais, como o saneamento básico e a gestão adequada dos resíduos sólidos, pode gerar impactos diretos na saúde pública, contribuindo para a disseminação de doenças e para a degradação da qualidade de vida. Além disso, a elevada taxa de homicídios

revela um grave sintoma de desigualdade estrutural, refletindo a ausência de políticas eficazes de distribuição de renda, incentivo econômico e fortalecimento da infraestrutura urbana. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de políticas públicas integradas que considerem as múltiplas dimensões do desenvolvimento, promovendo uma cidade mais justa, segura e sustentável.

No município de Conde, o acelerado crescimento populacional deve ser considerado como um fator central para a análise, uma vez que, mesmo diante da melhoria de alguns indicadores, o aumento proporcional da população impõe novos desafios. Esse cenário evidencia a necessidade de que as políticas públicas e os mecanismos de gestão acompanhem de forma constante as transformações demográficas, garantindo que os avanços obtidos não sejam comprometidos e que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira equilibrada e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores, sejam quantitativos ou qualitativos, representam instrumentos essenciais para traduzir realidades complexas em informações acessíveis e úteis à tomada de decisão, pois um dado transforma-se em indicador quando sua interpretação ultrapassa o valor numérico e passa a comunicar informações relevantes sobre determinado fenômeno.

Ao analisar um município, torna-se imprescindível considerar todas as suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, de modo a captar a complexidade e as interconexões que moldam a realidade local. Nesse sentido, o uso de um sistema de indicadores se mostra mais adequado do que a análise isolada de um único indicador, já que nenhum deles, de forma individual, consegue representar plenamente a totalidade dos problemas enfrentados, sobretudo na esfera municipal.

Apenas por meio de uma abordagem integrada, apoiada em um conjunto de indicadores, torna-se possível identificar conexões, estabelecer prioridades e desenvolver políticas públicas mais eficazes, capazes de fortalecer todas as esferas que compõem a vida em sociedade.

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumem papel central no enfrentamento dos desafios contemporâneos, oferecendo um plano de ação global orientado para a promoção de sociedades mais justas, equilibradas e sustentáveis. Ao estabelecer metas e indicadores claros, os ODS permitem monitorar o progresso de forma mensurável, facilitando a identificação de avanços e lacunas na implementação de políticas públicas.

Mais do que metas numéricas, constituem um apelo à ação coletiva, direcionado a governos, instituições e à sociedade em geral, com vistas a erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e proteger o meio ambiente. Assim, os ODS funcionam não apenas como referencial para a tomada de decisão em diferentes escalas, mas também como instrumento de integração de agendas, assegurando que o desenvolvimento ocorra de maneira inclusiva, em benefício da paz, da prosperidade e da dignidade humana.

O Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para Pequenos Municípios tem papel fundamental na análise da trajetória da sustentabilidade urbana ao longo do período estudado. Sua abordagem interdisciplinar e sistêmica, em consonância com os princípios estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, possibilitou uma leitura abrangente das transformações ocorridas, tornando viável identificar as principais alterações, avanços e limitações associadas ao crescimento urbano.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. 2001. **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 240 p.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Indicadores de Bem Viver:** pela valorização de identidades culturais. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 53, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.62963. Acesso em: 26 set. 2025.

ANDRADE, C. L. T.; SZWARCWALD, C. L.; CASTILHO, E. A. Baixo peso ao nascer no Brasil de acordo com as informações sobre nascidos vivos do Ministério da Saúde, 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(11):2564-2572, nov. 2008.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2017**. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017. Acesso em: 26 set. 2025.

Barros, C. S.; Barden, J. E. (2019). **Aplicação do Barômetro da Sustentabilidade no Brasil:** um estudo bibliométrico. Revista Produção Online, 19(1), 129-151. DOI:10.14488/1676-1901.v19i1.3113

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development:** theory method, applications. A report to the Balaton Group. Canadá: IISD, 1999.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CLEMENTE, D. M. P. **Direito da Cidade e o Direito à Cidade:** uma análise de Montes Claros/MG. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2013. 188 f.

COLOMBO, D. **Commission on Social Determinants of Health.** CSDH Final Report: Closing the Gap in a Generation: Health Equity Through Action on the Social Determinants of Health. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 253-266, nov. 2009/fev. 2010.

CPRM. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Conde, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DANDOLINI, G. A. et al. **Inovação social, negócios sociais, desenvolvimento sustentável.** Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2020. Disponível em: https://editorapantanal.com.br/ebooks/2020/inovacao-social-negocios-sociais-e-desenvolvimento-sustentavel/ebook.pdf. Acesso em: 25 set 2025.

EDWARDS, B. **O guia básico para a sustentabilidade.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008. 226 p.

FRIEDE, R. **A fragilidade da segurança pública como fator de influência nas questões econômicas.** LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades, v. 3, n. 1, p. 14–26, maio 2019. Disponível em: https://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/202. Acesso em: 26 set. 2025.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Secretaria da Educação**. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/alfabetiza-mais-paraiba-educacao-promove-iii-ciclo-formativo-de-gestao-2025.

IBGE. **Censo demográfico brasileiro de 2022**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 31 ago. 2025.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728. Acesso em: 29 set. 2025.

INEP. **Censo Escolar 2010**. [s. l.], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em: 28 set. 2025.

INEP. **Censo Escolar 2023**. [s. l.], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em: 28 set. 2025.

IPEC. Unicef - **Educação brasileira em 2022 - a voz de adolescentes.** 2022. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes. Acesso em: 21 set. 2025.

JAPIASSÚ, L. A. T.; LINS, R. D. B**. The different forms of urban expansion**. Revista Nacional do Gerenciamento de Cidades, v. 2, n. 13, p. 15–25, 2014.

JESUS, D. F. de; SILVA, A. M. R. da; NEVES, O. J. F. **Diferencial de rendimentos por nível de escolaridade entre homens e mulheres no Brasil:** uma análise dos primeiros trimestres de 2012, 2015 e 2019. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, v. 9, n. 1, p. 57–81, 2020. DOI: 10.21680/2316-5235.2020v9n1ID21140.

LEITE, C.; AWAD, J. D. C. M. **Cidades sustentáveis:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012. 264 p.

LEITE, C.; TELLO, R**. Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano:** relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Dom Cabral/Secovi, 2010. 70 p.

MARICATO, E. **A cidade sustentável**. 2011, Anais. Porto Velho: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.sengemg.com.br/downloads/eventos/9_consenge/caderno-teses-2-Consenge.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

MELO, D.; VAN BELLEN, H. M. 2019. **Desafios democráticos à construção e implementação de indicadores:** o caso do Programa Cidades Sustentáveis. Revista Grifos, 28(46), 88–114. https://doi.org/10.22295/grifos.v28i46.4696

PREFEITURA DO CONDE. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social** 2025. Disponível em: https://conde.pb.gov.br/secretarias/secretaria-municial-de-desenvolvimento-social/. Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, P. J.; SANTOS, L. P.; PIRES, M. S. **Security, freedom, and dignity:** the right to public security as the foundation of the Democratic Rule of Law. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 7, n. 1, p. 1–27, 2025. DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3749.

SEPLAG-PB; IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado da Paraíba:** Resultados 2020. [s. l.; s. n.], 2022. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/pib-estadual/produto-interno-bruto-do-estado-da-paraiba_resultados-2020.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, L. F. C. da. **Indicadores de sustentabilidade urbana para pequenos municípios brasileiros:** uma abordagem participativa em Conde/PB. 2025. 415 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba, 2025.

SOARES, B. R. Pequenas cidades: uma revisão do tema. *In*: OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Cidades brasileiras:** territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 117–125.

SPÓSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.

UNRIC. **Centro Regional de Informação das Nações Unidas.** Objetivos de desenvolvimento sustentável para transformar o mundo. Disponível em: https://unric.org/en/united-nations-sustainable-development-goals/. Acesso em: 29 ago. 2025.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 253 p.

WEATHER SPARK. **Condições meteorológicas médias de** Conde - Brasil. 2025. Disponível em: https://pt.weatherspark.com/y/31434/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Conde-Brasil-durante-o-ano. Acesso em: 25 set. 2025.